



# Prefeitura do Município de Garça

Estado de São Paulo

Diretoria do Expediente

Nº.....

= LEI Nº 703/61 =

O cidadão DR. RAFAEL PAES DE BARROS,  
Prefeito do Município de Garça, no  
uso de suas atribuições faz saber -  
que a Câmara Municipal decretou e -  
êle sanciona e promulga a seguinte-  
Lei:

Art. 1º - Fica criada a Taxa de Vigilância  
Pública, que passa a integrar o sistema tributário do Mu-  
nicipio com a destinação específica de custeamento e ma-  
nutenção da Guarda Noturna Municipal, instituída pela -  
Lei n. 293 de 27 de novembro de 1953.

§ 1º - Este tributo só será exigível enquan-  
to o Serviço se mantiver organizado e com regularidade,-  
devendo constar de todos os orçamentos a partir de 1962,  
ano em que será iniciada a cobrança regular.

§ 2º - Os serviços da Guarda-Noturna Muni-  
cipal abrangerão todos os prédios das zonas urbanas do -  
Município, e será cobrado anualmente por prédio ou depen-  
dência separada com economia distinta, com base no valor  
locativo anual apurado ou atribuído para o imposto Pre-  
dial Urbano observando-se no lançamento as seguintes ali-  
quotas:

I - 2% (dois por cento) para prédio ou dependên-  
cia com economia distinta, de uso residencial, industrial  
ou misto;

II - 4% (quatro por cento) para prédio ou depen-  
dência com economia distinta, de uso comercial ou profis-  
sional, bancário ou joalheria.

§ único - Havendo dúvida quanto a classifi-  
cação do prédio será adotado o critério da similaridade,  
e, no caso de persistir esta, receberá a incidência cons-  
tante na alínea I.

Art. 3º - O lançamento e a arrecadação des-  
ta taxa serão feitos conjuntamente com o lançamento e a  
arrecadação dos tributos especificados na lei n. 523, de  
9 de dezembro de 1957, observando-se os prazos e condi-  
ções na mesma lei mencionados.

§ único - Expirados os prazos de pagamento,  
ficam os contribuintes sujeitos à multa de 10% (dez por-  
cento), prevista no artigo 10 da lei n. 147 de 17 de no-



# Prefeitura do Município de Garça

Estado de São Paulo

## Diretoria do Expediente

Of. n.º .....

novembro de 1 950.

Art. 4º - Ficam isentos de pagamento desta taxa os prédios especificados no artigo 1º, da Lei nº 418, de 6 de junho de 1 956.

Art. 5º - VETADO.

§ único - O Prefeito Municipal, à proporção do crescimento da cidade, poderá fixar por decreto o efetivo - da guarda noturna, tendo por limite básico 1 (um) guarda para cada grupo de 230 (duzentos e trinta) prédios, mantendo-se as mesmas alíquotas de incidência.

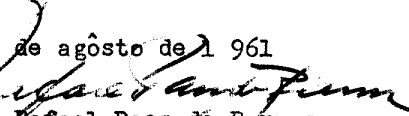
Art. 6º - As atividades de policiamento da guarda noturna serão prientadas e fiscalizadas pela autoridade policial local, cabendo ao Delegado de Polícia o exercício do poder disciplinar, obedecidos os padrões e regulamentos - a respeito fixados pela Secretaria da Segurança Pública do Estado.

Art. 7º - Os dispositivos contidos na lei nº -- 293 de 27 de novembro de 1 953, em tudo que não se antepo - nham à presente lei, ficam revigorados.

Art. 8º - VETADO.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor no dia 1º - de janeiro de 1962, revogadas as disposições em contrário.

Garça, 28 de agosto de 1 961

  
Dr. Rafael Paes de Barros

PREFEITO MUNICIPAL .-

Registrada e publicada nesta Diretoria do Expediente, na - data supra .-

  
Rubens Márcio de G. Artigas

Diretor do Expediente.

s.m/.-